



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva

Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços

Belo Horizonte
17 a 20 de outubro de 2006

Sessões de Comunicações

Realização:



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: QUAL A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES ACERCA DO PROGRAMA NACIONAL

Cristiane de Freitas Moreira

Discente do Curso de Psicologia PUC Minas *campus* Poços de Caldas

Maisa Elena Ribeiro

Discente do Curso de Psicologia da PUC Minas *campus* Poços de Caldas

Camila Fior

Psicóloga Doutora docente do curso de Psicologia PUC Minas *campus* Poços de Caldas

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais *campus* Poços de Caldas

Av. Padre Francis Cletus Cox, 1661. Jardim Country Club. CEP: 37701-355

Fone: (35) 3729-9200

crisyfmoreira@yahoo.com.br

Resumo

O Programa Nacional de Educação Inclusiva: Direito à diversidade, suscita polêmicas, questionamentos e críticas no meio educacional, principalmente no que se refere à sua proposta e implementação. Realizamos uma pesquisa descritiva entrevistando nove professores da rede pública do Ensino Fundamental de Poços de Caldas, analisando qualitativamente a relação deles com o Programa e com o

portador de necessidades especiais. Perante a análise ficou evidente a carência em capacitação e recursos pedagógicos por parte dos professores, explicitando a importância de se investir nela, para que o Programa ocorra de maneira mais efetiva e, realmente, aconteça à inclusão social e educacional.

Palavras chave: Educação Inclusiva, Inclusão, professores, escola.

Abstract

The Inclusive Education National Program: Right to diversity, it raises polemics, queries and critical in the educational means, principally concerning to its proposition and implementation. We accomplished a descriptive research interviewing nine educators at public school in Poços de Caldas, qualitatively analyzing their relation with the Program and with the special needed people. Before the analysis, was evident the lack of training and pedagogical resources by the teachers, emphasizing the importance of investing in the training in order to enable the Program to occur in an effective way, thus the social and educational inclusion will actually happen.

Key words: Inclusive Education, Inclusion, educators, school.

O Programa Nacional de Educação Inclusiva: direito à diversidade, tem gerado muita polêmica no meio educacional, fazendo suscitar diversas dúvidas e críticas, principalmente entre os professores. Por esse motivo foi realizada essa pesquisa, visando identificar e analisar a concepção dos professores do Ensino Fundamental em relação ao Programa. De que forma? Verificando suas opiniões, investigando como o desafio proposto pelo programa os surpreende, positiva e negativamente. Além disso, investigamos a concepção dos professores em relação ao portador de necessidades especiais, e deslindamos suas experiências em relação a estes. Nessa perspectiva, por meio dos dados coletados, nortearmos nossas análises e interpretações, recorrendo ao referencial teórico da Psicologia Humanista.

A Psicologia Humanista, segundo Hall (1984) visa o homem como um ser de potencial a ser desenvolvido, e com capacidade de superação de si próprio. Sob este olhar, em que acreditamos, nós o enfocaremos na proposta da INCLUSÃO SOCIAL e EDUCACIONAL.

Sendo a escola uma Instituição Social cujo objetivo é promover a educação, o desenvolvimento, o aperfeiçoamento em todas as dimensões, possibilidades e metas do sujeito, nada mais pertinente que a educação seja inclusiva (GUENTHER,1997).

A educação deve romper o paradigma da racionalidade excessiva de ordens burocráticas e metodológicas, comumente encontradas nos dias atuais, para que a Inclusão educacional ocorra, fazendo com que o ensino flua normalmente para todo e qualquer aluno.

Educar é mais do que transmitir informações do professor para o aluno. É formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. A educação inclusiva prevê não somente a mudança do sistema educacional e a integração do aluno portador de necessidade especial, como incluí-lo em todo âmbito escolar, educando e transmitindo conhecimento a **todos** eles.

No contexto da educação inclusiva, um sério dilema é o do currículo, pois é *“preciso haver um currículo comum para todos os alunos, que posteriormente deve ser adequado ao contexto social e cultural de cada escola e às necessidades diferentes de seus alunos”* (MARCHESI, 2004, p.44). Os professores têm a tarefa de conciliar o conteúdo a ser ministrado em sala, com a realidade de recursos disponíveis, a capacitação profissional e atendendo às necessidades sem, exclusão.

Tal proposta inclusiva tem se difundido no contexto escolar e na comunidade em geral, propiciando vir à tona preconceitos, antigos valores, atitudes e visões conservadoras da educação. Em geral há um atraso na implementação e desenvolvimento do programa, em muitas escolas. (MONTTOAN *apud* STAINBACK, 1999).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o homem é um ser Biopsicossocial. Partindo desse conceito consideramos portadores de necessidades especiais, segundo Mazzotta (1982), as pessoas que, por alterações biológicas, psicológicas, ambientais, culturais etc., necessitam de cuidados ou meios

específicos para estabelecer relações e alcançar os comportamentos “normais” e desempenhos esperados pela sociedade. A questão entre normalidade e diferença individual é muito complexa e relativa, e depende do que cada sociedade e cultura exigem dos seus membros.

Até, aproximadamente, a metade do século XX, o termo deficiência ainda era bastante utilizado e restrito ao campo biológico, o que dificultava intervenções educativas. No entanto, por volta de 1940 e 1960, começou-se a dar importância a influências sociais e culturais na determinação do funcionamento intelectual deficitário (MARCHESI, 2004).

Essa nova visão propiciou mudanças na concepção, terminologia e práticas educacionais dos transtornos de deficiência: no aspecto conceitual e terminológico, passou a basear-se na análise das “necessidades educacionais especiais” dos alunos; esses não eram mais deficientes e sim “portadores de necessidades especiais”; em relação à prática educativa ocorreram transformações no currículo e organização das escolas, formação e capacitação de professores (MARCHESI, 2004)

Dessa forma, o termo portador de necessidades especiais abrange desde as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem a alunos com altas habilidades – até mesmo portadores de deficiência física, mental, auditiva, visual e intelectual.

Atualmente, o sistema educacional brasileiro tem passado por transformações da prática integrativa para a inclusiva, dos alunos com necessidades educativas especiais. A nova terminologia e a diferenciação dos termos inclusão e integração, segundo Werneck, dão-se em acordo com as seguintes definições:

A palavra inclusão é uma definição mais ampla, indicando uma inserção total e indeterminada. Já integração, remete à idéia de inserção parcial e limitada às possibilidades de cada pessoa, já que o pressuposto básico é de que a dificuldade está na pessoa portadora de deficiência, e que estas podem ser incorporadas, anexadas no ensino regular sempre que suas características o permitirem. Assim, a inclusão exige a transformação da escola, pois defende a inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades, cabendo às escolas se adaptarem às necessidades dos alunos, ou seja, a inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino. A noção de inclusão, deste modo, não estabelece parâmetros (como faz o conceito de integração) em relação a tipos particulares de deficiências. (WERNECK, 1997 *apud* GODOY, 2000).

Os portadores de necessidades especiais muitas vezes se sentem fragilizados perante a sociedade, pois não percebem tem seus direitos assegurados e sua dignidade nem sempre é respeitada, o que influi – direta ou indiretamente – na fragilidade e nas dificuldades dos sujeitos portadores de tais necessidades.

Educadores e pais têm promovido e implementado a inclusão, nas escolas, de pessoas com algum tipo de deficiência ou necessidade especial, visando resgatar o respeito humano, assegurar-lhes os direitos e a dignidade, no sentido de possibilitar o pleno desenvolvimento e o acesso a todos os recursos da sociedade por parte desse segmento (MACIEL, 2000).

A Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca, na Espanha, em junho de 1994, elaborou a Declaração de Salamanca, que consiste em um documento no qual se compreende que toda criança tem direito à educação e condições únicas de ensino que variam de acordo com interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem. E, quanto às crianças com necessidades especiais, o direito a sistemas pedagógicos que atendam tais necessidades e vagas em escolas de ensino regular. (MACIEL, 2000).

A Declaração de Salamanca demanda ainda que os governos dêem prioridades a políticas financeiras que possam incluir todas as crianças nas escolas regulares e que estimulem projetos e desenvolvam programas educacionais inclusivos, mantendo a qualificação profissional e treinamento dos professores. Cabe ainda, aos governos, promoverem a cooperação entre os países e instituições internacionais que favoreçam a educação inclusiva (MACIEL, 2000).

Em relação aos direitos à educação, no Brasil temos assegurado que toda pessoa tem direito à educação: como qualquer cidadão, a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita assegurada por lei, preferencialmente na rede regular de ensino e, se for o caso, uma educação adaptada às suas necessidades em escolas especiais, conforme estabelecido nos artigo 58 e seguintes da Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 24 do Decreto nº 3.289/99 e art. 2º da Lei nº 7.853/89 (GODOY, 2000).

Desde 2003 foi criado o Programa do Governo Federal, Educação Inclusiva: Direito à diversidade, com o objetivo de disseminar a educação inclusiva em todos os municípios brasileiros, apoiando a formação de gestores e educadores para atuar

como multiplicadores no processo de transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos (MEC, 2003).

Mas, mesmo assegurado e protegido por tantas leis, o portador de necessidades especiais ainda sofre discriminação, e o Programa de Educação Inclusiva ainda é muito criticado em todo o país, tanto por governantes e professores, quanto pelos próprios portadores de necessidades especiais – ainda compreensivelmente resistentes a essa nova concepção educacional.

Segundo uma pesquisa realizada com dez professores e seis diretores de uma escola pública do interior paulista, acerca da concepção de educação inclusiva, enquanto os professores concebem o programa num âmbito escolar em que as crianças portadoras de necessidades especiais compartilham o mesmo espaço físico das outras, os diretores concebem a inclusão no âmbito social e comunitário (SANT'ANA, 2005).

Quanto aos principais empecilhos sobre o tema, de acordo com a pesquisa citada encontraram-se entre os professores, respectivamente, a falta de formação, falta de apoio técnico, disponibilidade de pessoal e dificuldades do aluno, falta de experiência profissional, método de ensino, número de alunos, infra-estrutura e materiais. Os professores admitem que a formação oferecida não é suficiente e que a proposta inclusiva precisa estar aliada a um avanço no ensino, de maneira geral (SANT'ANA, 2005).

Chegamos, assim, a essa pesquisa, com a pretensão de identificar como lidam os professores do ensino fundamental, de Poços de Caldas, com a questão da educação inclusiva. Quais são suas maiores dificuldades, seus mais desafiantes entraves, o que os têm surpreendido de modo peculiar e, principalmente, as sugestões e críticas que apresentaram para a melhoria do Programa de Educação Inclusiva nas escolas para que, a partir desse ponto inicial, caiba-nos propor futuras sugestões e intervenções visando um Programa, na cidade, de qualidade superior.

MÉTODO

Realizamos uma pesquisa descritiva, colhemos os dados pontualmente na Escola Municipal Prof. Haroldo Afonso Junqueira, mediante entrevista com os professores. Após a coleta de dados realizamos a análise de conteúdo, e interpretamo-los qualitativamente para observarmos se havia uma coincidência nas respostas e refletir sobre elas, a fim de que os dados obtidos possibilitassem novas pesquisas e futuras intervenções (CAMPOS, 2001).

Participantes: Para a realização dessa pesquisa, utilizamos uma amostra não aleatória, pois os participantes não representam uma réplica da população, daí não pretendemos generalizar os dados obtidos. Foram investigados nove professores do Ensino Fundamental, sendo seis com experiência em dar aulas para alunos com necessidades especiais e três que jamais o haviam experienciado. Dentre os participantes, um é do sexo masculino e oito são do sexo feminino, entre a faixa etária de vinte e seis a quarenta e três anos de idade e tempo de magistério de quatro a vinte e dois anos.

Instrumento: Para a realização de nossa pesquisa utilizamos entrevista estruturada, utilizando um levantamento qualitativo das opiniões dos participantes.

Procedimento: Após irmos à Secretara de Educação e pedir permissão para a realização da pesquisa, elaboramos os termos de consentimento. Em seguida fomos a campo, selecionamos os participantes e aplicamos a entrevista. Realizamos a análise de conteúdo, visando interpretar as respostas e analisamos o que elas representava qualitativamente, em termos pedagógicos, metodológicos e, notadamente, psicológicos – para os professores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados acerca das considerações e divergências sobre quem é um aluno portador de necessidades especiais, sobre a experiência dos educadores com alunos portadores de necessidades especiais, e a concepção dos professores em relação ao Programa de Educação Inclusiva foram inseridos em várias categorias, conforme descritas abaixo, na forma de tabelas.

Para análise da concepção dos professores em relação aos alunos portadores de necessidades especiais, obtivemos respostas sob óticas abrangentes e restritas (Tabela 1). De acordo com os dados coletados elaboraram-se duas categorias:

Abrangente: Alguns professores responderam a essa questão de maneira ampla, englobando todos os indivíduos, ressaltando a possibilidade de poderem apresentar algum tipo de necessidade especial, não se restringindo somente às deficiências físicas, mas às limitações de maneira geral, ressaltando que todos nós somos passíveis de apresentar necessidades especiais.

Restrita: Nessa abordagem os professores remetem aos portadores de necessidades especiais, mas somente àqueles que apresentam uma deficiência diagnosticada e aparente.

Tabela 1. Quem você considera um portador de necessidades especiais?

A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES	* Quantidade de vezes que a resposta foi emitida
Abrangente	
<i>Todos os alunos têm as suas necessidades, mas portador é aquele que tem maior dificuldade. Mesmo não sendo aparentemente visível pode ser portador de necessidade especial. Todos nós somos, só que tem uns que fogem do padrão dos considerados normais.</i>	5
<i>Muitos pensam que são os que têm necessidades graves, mas na verdade são todos que têm alguma dificuldade.</i>	
<i>Deficiente Auditivo, Visual, Síndrome de Down, todos nós.</i>	
<i>Diferente do que muitos professores pensam, não é só aquele que tem dificuldade para aprender. Ele tem que ser atendido individualmente para atender e desenvolver todas as suas competências e não só a dificuldade apresentada.</i>	
<i>Não só deficiência física, mas cognitiva também. Às vezes a pessoa não aparenta ser deficiente, mas é, ou às vezes tem um potencial bom mas apresenta alguma deficiência.</i>	
Restrita	
<i>Audição, visual e mental.</i>	4
<i>Aquele aluno que precisa de atenção específica uma atenção melhor.</i>	
<i>Alguém que tenha dificuldade em coordenação motora, socialização com os outros alunos. A própria aparência. Síndrome de Down, Deficiente Auditivo, Visual.</i>	
<i>Todos os alunos têm suas necessidades, mas portador é aquele que tem dificuldade mais aparente e, portanto, mais importante.</i>	

* Os números correspondem à quantidade de vezes que a resposta foi mencionada e não ao número real de professores entrevistados.

Dentre os resultados obtidos, constatou-se equilíbrio quanto ao número de respostas em cada categoria. Enfocamos que esta divergente noção talvez seja devido à falta de consenso ou informação que haja entre a caracterização de portador de necessidades especiais e os portadores de necessidades educacionais especiais. O primeiro conceito diz respeito ao aluno que tem alguma deficiência médica diagnosticada, e/ou distúrbio de aprendizagem grave, e necessitem atenção mais específica. Já no segundo conceito incluem-se alunos com dificuldades de aprendizagem, não vinculadas diretamente com deficiências em níveis biológicos.

No entanto, a importância do Programa visa atender às condições específicas de cada aluno, independentemente das etiologias da dificuldade ou se está vinculada a fatores físicos, psicológicos, sociais ou culturais. Sendo assim, como citaram alguns professores, todos nós apresentamos ao menos algumas necessidades especiais.

Outra questão analisada relaciona-se à experiência dos professores com alunos portadores de necessidades especiais. Dos nove professores entrevistados, seis haviam tido a experiência em dar aula a alunos portadores de necessidades especiais, em escolas regulares e os outros três, não. Dos educadores que passaram por essa experiência, alguns relataram as dificuldades e outros as, satisfações (Tabela 2).

Difícil:

Fatores Institucionais: A adaptação do aluno portador de necessidade especial às regras e normas da instituição.

Ao aluno portador de necessidade especial: A dificuldade em se adaptar, o comportamento diferenciado etc.

A falta de preparo dos professores e fatores pessoais: Nesta categoria englobam-se o medo, a falta de experiência, de capacitação, de recursos, material humano e de conciliar o apoio da família com o apoio pedagógico.

Satisfatória:

Ao aluno portador de necessidade especial: Pela afetividade e dedicação do aluno.

Aos outros alunos: Pela receptividade e acolhimento dos alunos considerados “normais” em relação aos alunos portadores de necessidades especiais.

A fatores pessoais: Crescimento pessoal e mudança de paradigmas.

Tabela 2. Você já teve algum aluno portador de necessidade especial? Como foi essa experiência?

A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES	Quantidade de vezes que a resposta foi emitida
DIFICULDADES	
Relacionadas a fatores Institucionais	
<i>(...) É difícil ter que dar nota de acordo com o programa da escola, ele tinha que ser avaliado dentro do progresso dele, avaliar de acordo com o conteúdo é difícil.</i>	1
Relacionadas aos alunos portadores de necessidades especiais	
<i>(...) Difícil, pois ela era agressiva com os colegas. Ela tinha consciência da sua deficiência e ficava revoltada e tentava prejudicar os outros. É uma menina com carência afetiva.</i>	1
Relacionadas à falta de preparo do professores	
<i>Quando tem um no meio de trinta é difícil. (...)</i>	4
<i>(...) eu tinha mais dificuldades do que eles, eu tinha muita dificuldade em entender a língua dos sinais.</i>	
<i>Difícil, pois eu não tinha experiência nenhuma. Foi frustrante, eu aprendi mais com ela do que ela comigo.</i>	
<i>A experiência foi uma aluna que não chegou a freqüentar a APAE por resistência da mãe, e sim tinha suporte através do GRUMIPI, no qual teve um atendimento multidisciplinar. Para a mãe, o GRUMIPI não é tão caracterizado como atendimento quanto a APAE (...).</i>	
SATISFATÓRIA	
Relacionada ao aluno portador de necessidades especiais	
<i>Satisfatória. Ele é muito carinhoso e as crianças se dão muito bem com ele (...)</i>	1
Relacionada aos outros alunos	
<i>(...) Não cheguei a conversar com a sala em relação a sua deficiência, mas as crianças perceberam e são solidárias com ele.(...)</i>	2
<i>(...) Os colegas também aprenderam a respeitá-la.(...)</i>	
Relacionada a fatores pessoais	
<i>(...) Eu aprendi muito.</i>	2
<i>(...) No segundo ano que a garota estava na escola eu me surpreendi e aprendi muito com a menina, que as pessoas são diferentes, acabou com meus mitos.</i>	

Os números correspondem à quantidade de vezes que a resposta foi mencionada e não ao número real de professores entrevistados.

Torna-se evidente, pelos dados coletados, relatos sobre a falta de capacitação profissional como a maior dificuldade encontrada. Por não terem preparação, alguns professores citaram como sua maior dificuldade, não interagir adequadamente com os alunos e não conseguir ensiná-los; concomitantemente, não conciliando o conteúdo a ser administrado para os alunos com necessidades educativas especiais, e para os outros alunos. Nesse contexto insere-se, segundo Marchesi (2004), o dilema do currículo.

Um relato que nos chamou a atenção diz respeito a uma professora que caracteriza sua experiência como frustrante pelo fato de ter aprendido mais com o aluno do que este com ela, não valorizando positivamente a troca de experiência.

Quanto à satisfação sobre a experiência, circunda no âmbito da interação entre professor e aluno e entre os colegas de sala de aula, proporcionando crescimento pessoal para todos.

Para verificarmos a opinião dos professores em relação ao Programa de Educação Inclusiva, elaboraram-se as categorias: (Tabela 3)

Desinformação em relação à proposta do programa: Inserem-se aqui conteúdos que não foram corretamente mencionados – ou nem ressaltados – caracterizando desinformação no que envolve o âmbito do Programa.

Concordavam Plenamente: Concordam com a proposta do Programa sem apresentar restrições.

Concordavam, porém, com adequações: Concordavam e salientavam a falta de capacitação do sistema educacional.

Tabela 3. O que você acha do Programa de Educação Inclusiva?

A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES	Quantidade de vezes que a resposta foi emitida.
Desinformação em relação ao programa	
<i>Aquele que a APAE não vai funcionar mais como escola? O aluno precisa de atenção especial. O *Pedro (aluno da escola, com síndrome de Down), tem dias que só eu consigo dar conta dele. Vai faltar gente pra ajudar. O professor não tem tempo para controlar a sala e dar atenção especial. Vai faltar gente pra ajudar, é válido, desde que tenha auxílio.</i>	2
<i>Não tenho opinião ainda, porque tenho que aprender muito ainda sobre isso(...)</i>	
Concordam completamente	
<i>Excelente, eu particularmente gosto muito assim dessa parte. É uma parte que me motiva a estar trabalhando.</i>	1
Concordam mas propõem adequações	
<i>Não somos preparados, contamos apenas com profissionais que nos auxiliam e com a nossa boa vontade. A escola não tem estrutura nem recursos suficientes.</i>	
<i>É necessário, mas com uma estruturação física e capacitação de professores. Por enquanto ainda não saiu do papel. Muitos se adaptam com mais facilidade mas outros não. Com a experiência da vida a gente vai dando um jeito.</i>	
<i>É necessária mas os professores não estão preparados. Os professores têm receio, medo. Se quisermos capacitação temos que procurar. Não sabem lidar com o novo.</i>	6
<i>Acho que o aluno precisa estar inserido, pois ele tem direito a isso. Ele não pode ser um aluno segregado ali no meio. É previsto no regimento da escola um programa específico para dar suporte; às vezes o programa chega, mas os professores não estão preparados.</i>	
<i>Eu acho que a escola ainda não está preparada, teria que treinar o professor para aprender a lidar com essas crianças.</i>	
<i>É bom, é necessário mas urgente é preparar o espaço físico. Vai ser uma mudança geral.</i>	

Novamente é explicitado o discurso pela falta de capacitação profissional dos professores, ressaltando que a maioria concordava com a proposta do Programa e os que não se posicionaram a favor, demonstram desinformação pela proposta do mesmo.

Para verificarmos o que mais surpreende negativamente os professores em relação ao programa, elaboramos a seguinte questão: (Tabela 4)

Implementação: O programa vencer a burocracia judicial e ser implementado.

Os números correspondem à quantidade de vezes que a resposta foi mencionada e não ao número real de professores entrevistados.

Educação: Conseguir dar uma atenção especial e justa aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Professores: Capacitar os professores, e estes conciliarem o tempo, a atenção e a disponibilidade de recursos para todos os alunos, de modo a não haver segregação.

Aspectos externos: No âmbito educacional, seria adequar as escolas em todas as suas dimensões, incluindo a aceitação da comunidade escolar, os aspectos físicos da localidade e os educacionais.

Tabela 4. Qual o maior desafio do programa de educação inclusiva?

A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES	* Quantidade de vezes que a resposta foi emitida.
Relacionados à implementação	
<i>Sair do papel</i>	2
<i>Ser implementado. O discurso é bonito, mas será que chega mesmo? Uma coisa é estar prevista em lei e outra é executa-lo.</i>	
Relacionados ao processo de Educação	
<i>Fazer a parte diferenciada com o aluno...Dar nota e passar o conteúdo</i>	3
<i>...e fazer um acompanhamento desses alunos e não ficar só por ficar na escola</i>	
<i>...pois para trabalhar com um aluno especial tem que ter em sala no máximo vinte alunos, e isso não acontece.</i>	
Relacionados com os Professores	
<i>Capacitação e aceitação do professor</i>	2
<i>... mas se a professora tem mais 30 alunos fica complicado dar uma atenção especial. Vai precisar de material humano, o que eu tenho certeza, não vai ter um acompanhamento contínuo.</i>	
Relacionados com os aspectos externos	
<i>No meu ponto de vista é conseguir vencer o desafio e a falta de pessoas para auxiliar.</i>	
<i>A inclusão não será tão difícil por parte das outras crianças, pois elas entendem bem. É a própria criança perante as outras que vai ter várias maneiras de se comportar.</i>	5
<i>É complicado isso. É muito fácil só jogar os alunos dentro da sala de aula.</i>	
<i>A aceitação dos professores, alunos, e comunidade.</i>	
<i>Adaptação da escola, dos banheiros, das salas de aula. Vai ser uma mudança muito grande na escola.</i>	

Os desafios se caracterizam pela dificuldade burocrática de implementação, de disposição de materiais, e recursos pedagógicos e capacitação para os

* Os números correspondem à quantidade de vezes que a resposta foi mencionada e não ao número real de professores entrevistados.

professores, ou seja, o que está previsto tanto em leis, quanto no próprio Programa Nacional de Educação Inclusiva, deve tornar-se real e ativo, propiciando condições para os educadores conciliarem os conteúdos de aula, e o direito dos alunos.

Visando identificar o que mais surpreende positivamente os professores em relação ao programa, elaboramos a seguinte questão (Tabela 5):

Socialização dos alunos deficientes: Proporcionar a socialização no contexto escolar e promover a troca de experiências entre todos os componentes da escola.

Dificuldade dos professores: Dificuldades encontradas pelos professores em relação à educação especial.

Tabela 5 Qual a maior vantagem do programa de educação inclusiva?

CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES	Quantidade de vezes que a resposta foi emitida.
Relacionados à socialização dos alunos deficientes	8
<i>Se integrarem na sociedade e ampliar os horizontes do Portador de necessidades especiais.</i>	
<i>A troca de experiência.</i>	
<i>A inclusão em si.</i>	
<i>A Inclusão, o desafio deles...</i>	
<i>Diminui o nível de segregação para o aluno.</i>	
<i>Trabalhar as diferenças desde pequeno.</i>	
<i>Essas crianças vão estar desenvolvendo mais... É que esses alunos vão conhecer outras pessoas, outro mundo... Eles não ficaram mais só no mundinho deles. Viver outra vida, e a gente tem que estar preparado pra isso.</i>	
<i>Dar oportunidades para o deficiente se socializar como uma pessoa normal</i>	2
Relacionados com as dificuldades dos professores	
<i>o desafio deles, da escola dos professores. Mais um pepino pra escola</i>	
<i>...a dificuldade é dos professores em alfabetizar</i>	

Foi unânime o discurso sobre a socialização dos alunos porém as dificuldades do sistema educacional, não deixaram de ser ressaltadas.

O conceito de Educação Inclusiva é aceito e respeitado pelos professores, com as considerações de que as dificuldades são reais, e bastante presentes no contexto social, educacional, escolar, político, pedagógico e psicológico.

Os números correspondem à quantidade de vezes que a resposta foi mencionada e não ao número real de professores entrevistados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi realizada com o intuito de investigar e analisar a concepção dos professores acerca do Programa Nacional de Educação Inclusiva. Nesse âmbito, ressaltamos o quão evidente se mostra a carência de capacitação profissional perante a análise de conteúdo realizada.

Diante dos dados obtidos, torna-se explícita e urgente a difusão do conhecimento acerca da inclusão social e educacional e o esclarecimento sobre a real proposta do Programa Nacional. Ainda há uma grande falta de consenso em relação a alguns termos e teorias e todas as ressalvas feitas pelos professores estão previstas no Programa, que se encontra ainda em processo de implementação.

As dificuldades diagnosticadas durante a pesquisa circundam em vários âmbitos, para que possam ocorrer mudanças na escola. Marchesi (2004) aponta os principais fatores para que a escola inclusiva ocorra: *“A transformação do currículo, o desenvolvimento profissional dos professores, uma liderança efetiva, a modificação da cultura e da organização da escola e o compromisso com a mudança”* (MARCHESI, 2004, p.44)

A ação da proposta inclusiva é um processo longo, portanto, é necessário que não só o sistema educacional mas a sociedade como um todo dirija um novo olhar para os alunos com necessidades educacionais especiais – para que, nesse sentido, ocorram transformações em níveis de hierarquia superiores como o Estado e o Governo. Saliente-se que, para o Programa ser mais efetivo, faz-se necessário que a sociedade se comporte ativamente exigindo, cobrando e fazendo com que as políticas e propostas “saiam do papel”. Que elas de fato, aconteçam.

Tendo em vista que a sociedade capitalista tem como base a definição de normalidade se restringindo à razão, cobre-se a produção, tornando desta maneira o homem “apto” a viver e a se relacionar socialmente. Sob esta definição, de um ponto de vista socioeconômico, o portador de necessidade especial torna-se caro perante a sociedade, ao Estado e ao Governo, o que o incentiva ao isolamento, indo contra as propostas inclusivas.

As mudanças em nenhum contexto são fáceis, e indolores, pois estas se caracterizam pelo resgate da valorização da individualidade de cada ser humano,

desenvolvendo a sua capacidade e superando suas limitações. Esse processo não o isenta de frustrações, porém, é através disso que serão possíveis o crescimento e aprimoramento pessoal, uma maior interação cultural, social e educacional, caminhando para a inclusão.

As diversidades de experiências elucidam condições profissionais aos professores e psicólogos, mas socialização e interação entre os alunos por quaisquer dificuldades que apresentem, torna possível que todos se sintam capazes e multiplicadores do direito à diversidade. E que se tornem mais evidentes as vantagens de uma escola para todos.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Luiz Fernando de Lara. **Métodos e técnicas de pesquisa em Psicologia**. 2ª ed. Campinas: Alínea, 2001. 154p.
- COOL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús. **Desenvolvimento Psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Vol. 3. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003 72p
- GODOY, Andreia, **Cartilha de Inclusão: Direitos das pessoas portadoras de deficiência**. Disponível em <<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/socinc>> Acesso em novembro de 2000.
- GUENTHER, Z. **Educando o ser humano - Uma abordagem da Psicologia humanista**. São Paulo: Mercado das Letras, 1997.
- HALL, C. S. LINDZEY, G. **Teorias da personalidade**, v: 2. São Paulo: EPU, 1984. P.81-106.
- MACIEL, Regina Cazzaniga Maria. **Portadores de Deficiência: a questão da inclusão social**. v.14 n.2 São Paulo: Perspec, 2000. São Paulo abr./jun
- MAZZOTA, M. J. S. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.
- MEC (Ministério da Educação e Cultura). **Programa de Educação Inclusiva: Direito à diversidade**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/>>. Acesso em junho de 2006.
- SANT'ANA, Izabella Mendes. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores**. *Psicol. estud.* [online]. mai./ago. 2005, vol.10, no.2 [citado 20 Fevereiro 2006], p.227-234. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo>>.
- STAINBACK, Susan Bray; STAINBACK, William C. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999. 451p.
- WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.